

“Seria um prêmio”, afirma Amato

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, disse, ontem, considerar positiva a possibilidade de o Citicorp e também outros credores estrangeiros virem a converter parte de seus créditos em investimentos no Brasil, conforme declaração do presidente do Citibank, John Reed. Para Amato, esta conversão seria como um prêmio à economia brasileira, que teria mais recursos para investir, sem precisar fazer novas dívidas.

Salientando ser esta uma antiga proposta da Fiesp para resolver parte do problema do endividamento brasileiro, Mário Amato disse não entender por que o governo mantém tanta burocracia em torno da questão, retardando uma definição.

Afirmou não ser necessária alteração na legislação para a entrada de capital estrangeiro nas aplicações em bolsa e defendeu a liberdade de mercado para esses investimentos, inclusive para aquisição de ações ordinárias das empresas de capital aberto. Em sua opinião, a única restrição seria quanto à remessa de lucros — que seria vedada.

MECANISMOS

A transformação da dívida brasileira em capital de risco, conforme disposição declarada pelo presidente do Citicorp, John Reed, é de grande interesse para o Brasil, uma vez que pode realimentar o fluxo de investimentos externos no País. A afirma-



Esmélin Fernandez - 21/10/86

Amato: proposta antiga

ção é do advogado Durval de Noronha Goyos Jr., especialista em comércio exterior. Segundo ele, o País precisa regulamentar com urgência os mecanismos que permitam essa conversão, a exemplo do que já fizeram há alguns anos o México e o Chile.

Noronha garantiu que essa conversão não desnacionaliza a economia nem privilegia os bancos credores, que ganhariam com o deságio. Ao contrário, permitiria a investidores estrangeiros ou mesmo nacionais com capitais no Exterior investir em empresas nacionais ou estrangeiras aqui sediadas com lucro. Isso porque com o deságio de dívida (hoje por volta de 30 a 35%, segundo o Ministério da Fazenda), sua transformação em capital de risco (investimento) geraria lucros correspondentes ao deságio para os investidores. Além disso, “a regulamentação desse mecanismo poderá facilitar a negociação junto a outros credores, reduzindo o montante da dívida e proporcionando um alívio para a execução de um programa econômico interno”, lembrou Noronha.